



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2012.
(dos Srs. Duarte Nogueira e Carlos Sampaio)**

Requerem que seja convidado Sr. **Jefferson Carlos Carús Guedes**, vice-presidente jurídico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para comparecer nesta Comissão a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados na Operação Porto Seguro, deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal, em 23/11/12.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa. com base no art. 58,V, da Constituição Federal combinado com o art. 24, VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as providências necessárias no sentido de convidar o Sr. Jefferson Carlos Carús Guedes, vice-presidente jurídico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados na Operação Porto Seguro deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Em 23.11.2012, foi deflagrada pela Polícia Federal, em São Paulo e em Brasília, a Operação Porto Seguro, que teve como objetivo desarticular organização criminosa que se infiltrou em diversos órgãos federais para a obtenção de pareceres técnicos fraudulentos com o fim de beneficiar interesses privados.

Foram expedidos seis mandados de prisão, sendo dois contra servidores públicos, e quarenta e três mandados de busca e apreensão nas cidades de Cruzeiro/SP, Dracena/SP, Santos/SP, São Paulo e Brasília. E os crimes investigados incluem: corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha, tráfico de influência, violação de sigilo funcional, falsidade ideológica e falsificação de documento particular.

Consta que o inquérito policial teve início em março de 2011, com base em *notitia criminis* oferecida pelo servidor do Tribunal de Contas da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

União (TCU), Sr Cyonil da Cunha Borges de Faria Júnior , após ter sido alvo de proposta de recebimento de propina a fim de que elaborasse parecer técnico para beneficiar um grupo empresarial do setor portuário.

O episódio, na verdade, não consistia de fato isolado. Investigação realizada pela Polícia Federal constatou a existência de grupo criminoso atuando em diferentes órgãos e segmentos do Governo Federal, seja para assegurar a tramitação diferenciada e mais célere a procedimentos de seu interesse, seja para interferir ilicitamente na elaboração de pareceres técnicos em favor de interesses não republicanos.

Consta de reportagem publicada no sítio eletrônico do Jornal O Globo -Edição de 27/11/2012

Polícia Federal investiga vice-presidente dos Correios

SÃO PAULO - O vice-presidente jurídico dos Correios, Jefferson Carlos Carús Guedes, foi investigado pela Polícia Federal (PF) na operação Porto Seguro. Segundo o relatório da PF, o então diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) Paulo Rodrigues Vieira teria tentado subornar Guedes para beneficiar em licitações a empresa LM Negócios Inteligentes. Ainda de acordo com o relatório, Guedes chegou a receber o dono da empresa, Lucas Henrique Batista.

Guedes chegou a ser, em 2008, procurador-geral da União, na gestão do hoje ministro do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Tofoli. Depois de dez meses no cargo, pediu demissão ao ser acusado de formação de quadrilha pela PF e pelo Ministério Público Federal em outra operação, a Perseu, que desbaratou uma rede de corrupção e fraudes ligando funcionários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Guedes se desligou da Advocacia Geral da União (AGU) para, segundo ele, evitar danos à imagem da instituição. Em 2011, ingressou no comando dos Correios.

Em ofício à Justiça Federal, a PF pede a “condução coercitiva” de Guedes para prestar depoimento. No documento, ele é listado como “investigado”. A PF fez busca e apreensão na sala do vice-presidente para levar documentos e computador. Segundo o relatório policial, “há indicativos de que Paulo Vieira, juntamente com Lucas Henrique Batista, participou de licitações de agências de correio em São Paulo por meio da empresa LM Negócios Inteligentes. Há indicativos de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

que, para favorecer a empresa, ofereceu 'livros' ao vice-presidente Jefferson Carlos Carús Guedes." "Livros" é o código usado pelo esquema de Vieira para identificar propina.

Em outro trecho, a PF afirma ainda que "há indicativos de que Jefferson recebeu Lucas Henrique em Brasília por conta de um recurso relacionado à empresa LM". Segundo o Diário Oficial da União, em 28 de maio deste ano, a LM foi inabilitada na concorrência 4056/2011, cujo objeto era a "contratação da instalação e operação de agências de correios". A Polícia Federal não esclarece se o pagamento de propina foi aceito por Guedes. Por meio da assessoria dos Correios, Guedes negou que tenha sido oferecida propina. Ele disse ainda não ter prestado depoimento, mas se colocado à disposição da PF. Os Correios informaram que não têm contratos com a LM e que abrirão uma sindicância para apurar o caso.

O convite que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2012.

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP

Deputado **CARLOS SAMPAIO**
PSDB/SP